



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE – PPGREC
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE

HÉLGA PINHEIRO DIAS

O ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS
POVOS QUILOMBOLAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO
INTERIOR BAIANO

Jequié
2024

HÉLGA PINHEIRO DIAS

**O ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS POVOS
QUILOMBOLAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO INTERIOR
BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Angélica Leal Barbosa

**Jequié
2024**

D541a Dias, Hélga Pinheiro.

Acesso a uma educação de qualidade pelos povos quilombolas em uma escola municipal do interior baiano / Hélga Pinheiro Dias.- Jequié, 2024.
42f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Ana Angélica Leal Barbosa)

1.Educação Escolar Quilombola 2.Etnicidade 3.Identidade
I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 370.96

HELGA DIAS PINHEIRO

**O ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS POVOS QUILOMBOLAS EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL DO INTERIOR BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

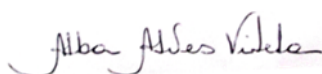
Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

Aprovado em: 20 de julho de 2024.

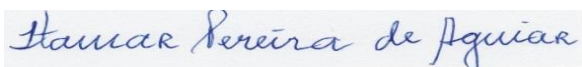
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Ana Angélica Leal Barbosa (UESB)
Presidente da Banca / Orientadora



Prof^a. Dr^a. Alba Benemérita Alves Vilela (UESB)
Examinadora externa



Prof. Dr. Itamar Pereira Aguiar (UESB)
Examinador Interno

**JEQUIÉ
2024**

A Carmelita Pinheiro, minha mãe, a meu pai, Afrodísio Dias, minha tia, Elzenita Pinheiro (*in memoriam*), meus filhos Héllen e Hantoni, minha irmã Hélbias Dias, tia Dinah e tantos outros que não consigo citar, (afinal a família é muito grande), muito obrigada por guiar meus passos para a jornada chamada vida. Às etnicidades dos povos de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

AGRADECIMENTOS

À Deus, toda honra e toda glória!

Movida pela gratidão, busco expressar neste espaço, os meus agradecimentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), pelo apoio, a infraestrutura, a qualidade e dedicação dos professores e funcionários do ODEERE (Órgão de Educação e Relações Étnicas).

Aos professores Itamar Pereira Aguiar e Alba Benemerita Alves Vilela, que compuseram a banca de qualificação e componentes da banca de defesa, os quais contribuíram para a qualidade do trabalho.

Aos professores Itamar Pereira Aguiar, José Valdir de Jesus Santana, Marcos Souza Lopes, Danilo César Souza Pinto vocês são seres que iluminaram minha vida.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e que na minha caminhada no Mestrado me oportunizaram companhia, dedicação, apoio e contribuíram significativamente para minha evolução acadêmica.

A Prof^a. Dr^a. Ana Angélica Leal Barbosa, agradeço de uma forma muito especial, minha orientadora, professora, amiga leal, pessoa humana que tanto se dedicou e me amparou e em tantos momentos difíceis nunca me deixou desistir, além de ser uma verdadeira mãe, me ajudou a conduzir o processo de conhecimento, aprendizado e transformação neste curso de pós-graduação com tanta maestria e paciência.

Aos meus colegas de curso, obrigada pelos laços de amizade construídos, conselhos e risadas em especial Edneide Alves Nascimento Putumuju, Rose Cláudia e Rosemary Santos Souza.

A comunidade escolar Antônio Viana Filho, aos professores, coordenação e direção, que generosamente disponibilizaram seus tempos, espaços, conhecimentos e memórias para a construção deste trabalho.

Muito obrigada por possibilitarem viver essa experiência tão importante para o meu crescimento como ser humano e profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2021,
a mística quilombola persiste afirmando:
"a liberdade é uma luta constante".

RESUMO

O presente texto apresenta como ocorre o ensino em uma escola que atende alunos quilombolas e não quilombolas do município de Maraú (BA). A pesquisa de cunho qualitativa, investigou como a educação escolar quilombola se desenvolvia na unidade escolar. Adotou-se como objetivo geral avaliar o acesso e a permanência dos estudantes quilombolas na Escola Municipal Antônio Viana Filho, e discutir como as práticas pedagógicas cotidianas estão organizadas e relacionadas com o cumprimento da Lei 10.639/2003 e da Resolução Nº 8, de 20/11/2012, às quais definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, além de analisar como se dão as relações étnicas entre as docentes e os/as alunos/as. Escolhemos três nomes para serem pseudônimos das professoras. O critério de escolha foi o nome de mulheres negras que tiveram relevância na história do povo negro. Sabrina, nome da mãe de Zumbi dos Palmares; Dona Cadu (1920-2024), ceramista de São Félix/Bahia e Maria Rita (1830-1890), africana nagô quituteira. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa/UESB (CEP/UESB), conforme o Parecer Nº 6.499.144. Os dados foram obtidos através das entrevistas semiestruturadas e análise do Projeto Pedagógico da escola, além do reconhecimento do espaço físico e do território onde está situada a escola. Após a análise e discussão das entrevistas, evidenciamos as questões relacionadas com a aplicação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola que estão em vigor, mas não aplicadas efetivamente na escola. Ressaltamos que nas atividades executadas pelas três docentes se notou a ausência da valorização das raízes da ancestralidade dos/as alunos/as; a relação professor/a e aluno/a é pautada na confiança e sensibilidade docente, o que favorece o aprendizado dos/as alunos/as. Outra questão comentada foi sobre a infraestrutura da escola que não atende completamente as práticas pedagógicas. Sobre as relações entre alunos e alunas, uma das docentes considera que mesmo desenvolvendo atividades relacionadas com a temática dos direitos humanos e democracia no Brasil “*É inegável a existência do racismo estrutural que segrega negros e brancos de classes sociais diferentes*”. Os efeitos do racismo estrutural dificultam o acesso da população negra aos serviços básicos, tais como, saúde e educação.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Etnicidade; Identidade.

ABSTRACT

This text presents how teaching occurs in a school that serves quilombola and non-quilombola students in the municipality of Maraú (BA). The qualitative research investigated how quilombola school education was being developed in the school. It adopted as its general objective to evaluate the access and retention of quilombola students in the Antônio Viana Filho municipal school, and to discuss how daily pedagogical practices are organized and related to compliance with Law 10.639/2003 and Resolution No. 8, of 11/20/2012, which define the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education, in addition to analyzing how ethnic relations occur between teachers and students. I chose three names to be pseudonyms for the teachers, the selection criterion was that they be the names of black women. Sabrina, the name of Zumbi dos Palmares' mother; Dona Cadu (1920-2024), a ceramicist from São Félix/Bahia, and Maria Rita, an African Nagô cook (1830-1890), the research project was approved by CEP/UESB, according to Opinion No. 6,499,144. The data were obtained through semi-structured interviews and analysis of the school's pedagogical project, in addition to recognizing the physical space of the territory where the school is located. After analyzing and discussing the interviews, we highlighted issues related to the application of the curricular guidelines of Quilombola School Education that are in force but not effectively applied to the school. We emphasize that in the activities carried out by the three teachers, the students' ancestral roots are valued, and the teacher/student relationship is based on the teachers' trust and sensitivity, which favors student learning. Another issue discussed was the school's infrastructure, which does not fully meet pedagogical practices. Regarding the relationships between male and female students, one of the teachers believes that even when developing activities related to the theme of human rights and democracy in Brazil, “the existence of structural racism that segregates blacks and whites from different social classes is undeniable”. The effects of structural racism make it difficult for the black population to access basic services, such as health and education.

Key-words: Quilombola School Education; Ethnicity; Identity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Etnicidade e Identidade Étnica	14
2.2 Educação Escolar Quilombola (EEQ)	15
2.3 Quilombos: conceito e história	16
3. PERCURSO METODOLÓGICO	20
3.1 Campo da Pesquisa	20
3.2 Aspectos Éticos	21
3.3 Tipo da Pesquisa	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	
APÊNDICES	

APRESENTAÇÃO

Desde pequena fui convidada a viver num mundo onde não sabia qual era o meu lugar. Mas uma certeza eu tinha, queria ser professora. Ainda com seis anos e já alfabetizada, colocava meus primos mais novos e meu irmão caçula sentados e lia as histórias da Bíblia para eles ou inventava histórias outras para encantar ou assustá-los.

Filha de pais humildes, os quais estudaram até o Fundamental I, não dimensionavam como poderia alcançar meu sonho de ser professora, afinal na minha família materna alguns membros eram abastados, trabalhavam em bancos ou empresas internacionais. Eu que pertencia a uma família humilde não imaginava como meu grande sonho se realizaria, afinal era incentivada a valorizar os membros da família que eram bem-sucedidos, ouvindo falar de como possuíam bens, tinham boa alimentação, seus filhos tinham a oportunidade de ter um bom estudo e serem “branquinhos”.

Apesar de ser condicionada a ter que valorizar tudo isso, minha mãe vez por outra alertava: “Filho de pobre precisa estudar para ser ‘alguém’ na vida!” Essa afirmação não trazia pesar, mas a esperança dos sonhos que um dia ela teve foram concretizados pelos seus cinco filhos. E foi isso que aconteceu, dois de seus filhos são concursados como bancários pelo Banco do Brasil, o outro fez Teologia e é Pastor no interior de São Paulo e suas filhas se tornaram professoras.

Minha trajetória com a docência começa quando ainda tinha treze anos, tendo a necessidade de ajudar nas despesas da casa. Fui contratada para trabalhar como auxiliar na Educação Infantil na Escola Babylândia atual Colégio Vida, na época cursava a 7ª série e assim fui trabalhando até o 2º ano do Magistério. Sempre estudei em escola pública na Educação Básica. Três anos após ter concluído o Ensino Médio em Magistério fui convidada a lecionar numa sala multisseriada na zona rural do município de Maraú-Ba, onde estou concursada e leciono até o presente.

Em 2010 ingressei no Programa Federal na Plataforma Freire no curso de História, onde pude ter o privilégio de ter contato com povos indígenas e quilombolas, participar de aulas abertas com enfoque na temática de comunidades tradicionais, concluindo meus estudos em 2013 pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Em 2019 me tornei Especialista em Estado e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente tenho uma carga horária de trabalho de 60 horas semanais, sendo 20h em Ibiáçu, 20h no remanescente de quilombo do Empata Viagem, ambos zona rural de Maráú e 20h em Ubaitaba, zona urbana.

Na minha trajetória profissional tive contato com a Educação Infantil, Fundamental I, Educação de Jovens e Adultos e Fundamental II. Esses momentos significativos da minha trajetória profissional/científica e pessoal contribuíram no desejo de aprofundar os estudos sobre as relações étnicas na educação com comunidades tradicionais.

Convicta que a educação escolar tem por finalidade contribuir para a formação do homem pleno, inteiro, uno, que alcance níveis cada vez mais competentes de integração das dimensões básicas – o eu e o mundo – a fim de que seja capaz de resolver-se, resolvendo os problemas globais e complexos que a vida lhe apresenta, e que seja capaz, também, de produzir conhecimentos, contribuir para a renovação da sociedade, analisando as mudanças ocorridas nos últimos séculos no mundo do trabalho, bem como tratar da produção e do consumo de massa que é uma das características do mundo contemporâneo é que percebo que as discussões, sugestões, metodologias, experiências e aplicações das atividades propostas do curso contribuem para um rendimento satisfatório na minha prática pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema norteador as Relações Étnicas dentro da Escola Quilombola Municipal Antônio Viana Filho em Ibiacú, zona rural de Maraú-BA, intitulado: **O Acesso a uma Educação de Qualidade pelos Povos Quilombolas em uma Escola Municipal do Interior Baiano.**

Apesar do crescimento na produção de pesquisa, artigos e livros que dizem respeito ao enfoque dos direitos ao ensino diferenciado nas comunidades escolares quilombolas em observância a Lei 10.639/03, é importante salientar que as participantes dessa pesquisa são professoras rurais vivendo no contexto conjuntural que ainda não foram contemplados com estudos sobre suas respectivas comunidades.

As consequências dos processos educativos aos quais foram submetidas as diversas comunidades tradicionais rurais, cujas características são a sujeição, a integração e a padronização, demonstram a importância em se observar a resistência histórica protagonizada por elas. Em outras palavras, enfrentam processos históricos que lhes impõem valores alheios às suas identidades, culturas e cosmologias. No entanto, também, se observa de modo mais recente que a apropriação e a compreensão sobre a Educação como direito fundamental provocou o desejo dos povos tradicionais de reivindicá-lo para as suas respectivas comunidades.

O campo educacional é múltiplo e diverso, como educadora há vinte anos atuando na educação no campo, a pesquisa me instiga a pensar que a existência de grupos distintos dentro do ambiente escolar pode ser entendida como uma multiplicidade de manifestações culturais, onde indivíduos que vivenciam ambientes diferentes, possuidores de trabalhos distintos, temporalidades e religiosidades diversas, tendem a compreender suas relações étnicas. Posto isso, passamos a refletir: Como se dão as relações étnicas entre os/as professores/as e os/as alunos/as da Escola Municipal Antônio Viana Filho?

Estando no Século XXI, nos defrontamos com um universo cultural extremamente rico e diversificado, que torna difícil compreendê-lo como um todo. Essa situação é resultante da ação - reflexão - ação humana ao longo dos tempos, e nas mais diversas condições culturais, caracterizadas por diferentes enfoques, pontos de vista e paradigmas. Esse contexto retrata o modo como o homem vem resolvendo a sua problemática existencial, tendo consciência hoje,

de que, a cada dificuldade vencida, surgem outras de maior complexidade, demandando novo engenho e nova determinação.

Consciente de que a educação favorece a formação dos/as estudantes mediante um processo educativo dinâmico e de qualidade, é que o curso de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, tem aberto horizontes através dos conceitos, metodologias, estudos aplicados, que vem sendo oferecidos no decorrer dos anos. Sem deixar de salientar que a essência da arte de ensinar e poder propiciar e estimular a construção do conhecimento, bem como, interagir com diversos estudos sobre as relações étnicas estabelecidas nos estudos contemporâneos que se interligam ao presente e ao passado, entre o local, o regional, o nacional e o mundial, levando em consideração que as vivências contemporâneas concretizam-se a partir destas múltiplas relações temporais e espaciais, tanto no dia-a-dia individual, familiar, como no coletivo contida nos novos fazeres.

Refletir sobre os saberes e práticas que norteiam o curso e sua contribuição aos estudos das Relações Étnicas ao ensino e saberes fomentados na instituição de ensino e o contexto social atual, traz como objeto de reflexão às novas abordagens educativas, a complexidade cultural do ambiente escola/comunidade, bem como a relação entre o ensino/aprendizagem e o educando enquanto sujeito capaz de aprimorar seu papel no contexto social no qual as comunidades estão inseridas, ressaltando suas identidades étnicas e sentimentos de pertencimento.

Portanto a motivação em escrever e pesquisar sobre esse tema, objetiva avaliar o acesso e a permanência dos estudantes quilombolas na Escola Municipal Antônio Viana Filho, e analisar como as práticas pedagógicas cotidianas estão organizadas e relacionadas com o cumprimento da Lei 10.639/2003 e da Resolução Nº 8, de 20/11/2012, as quais definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e para tanto se faz necessário um olhar atento, crítico e reflexivo sobre a realidade educacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

o 2.1 Etnicidade e Identidade Étnica

A identidade étnica se constrói pela consciência da diferença entre grupos (Weber, 1922). Os grupos de identidade minoritária (como é o caso dos quilombolas), possuem organizações próprias, diferenciadas ou não das sociedades nacionais em que estão inseridas. Estas identidades geralmente estão em oposição aos grupos dominantes, instalados nos aparelhos de Estado, e à identidade desses, não se aplicaria a noção de etnia¹.

Segundo, Cardoso de Oliveira (1978; 1983), o conceito de etnia ou etnicidade, juntamente com o de identidade étnica, permite abarcar uma variedade de um mesmo fenômeno². Ainda segundo o autor “a identidade étnica é a situação de contato interétnico, sobretudo – mas não exclusivamente – quando esta tem lugar como fricção interétnica”³.

No entanto as Identidades Étnicas se reafirmam ou se negam a partir da dinâmica dos confrontos, oposições e resistências estabelecidas com outras identidades.

A identidade étnica constrói-se a partir da diferença. “A atração entre aqueles que se sentem como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros” (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.40). Essa ideia implica que não é no isolamento que se cria a consciência de pertença, mas ao contrário, a comunicação das diferenças das quais indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas

¹ Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2003, p.116), a identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada.

² O então neologismo de etnia recebeu desenvolvimento nos seus trabalhos posteriores (artigo de 1996), vindo para a disciplina como conceito para tratamento da antropologia entendida como uma subcultura ocidental, produtora de categorias pelas antropologias metropolitanas e de conceitos pelas antropologias periféricas, estilos diferenciados pela pretensão à universalidade das primeiras.

³ Cf. R. Cardoso de Oliveira, 1962, 1964 e 1967. Nesses trabalhos eles apresentam (1962) e desenvolvem (1964 e, principalmente, 1967) um modelo de investigação que denominamos fricção interétnica, como uma maneira de descrever a situação de contato entre grupos étnicos irreversivelmente vinculados uns aos outros, a despeito das contradições – expressas através de conflitos (manifestos) ou tensões (latentes) – entre si existentes. Uma série de pesquisas que se seguiram ao projeto inicial (1962), utilizando-se da mesma abordagem, levou a conclusões similares, guardando-se, naturalmente, as peculiaridades de cada “área de fricção interétnica” investigada (Laraia & Matta, 1967; Melatti, 1967; Santos, 1970; Amorim, 1970). Com o intuito de distinguir o conjunto da teoria de aculturação, permitindo-nos a falar, grosso modo, em teoria de fricção interétnica.

Todavia, a identidade étnica se evidenciaria “[...] na afinidade entre os que percebem como iguais, equivalente à repulsa pelos que lhes parecem diferentes” (Arruti, 2014, p.203). Nesse caso, a identidade étnica seria o sentimento de pertença ao grupo.

o **2.2 Educação Escolar Quilombola (EEQ)**

Como de direito, estabelecido por lei, o ensino fundamental para as comunidades tradicionais, em específico as comunidades quilombolas, hoje deve garantir um conhecimento no espaço escolar articulado com os saberes tradicionais e as práticas socioculturais das populações quilombolas, visando um processo educativo que atenda as especificidades da cultura e da identidade étnico-racial do povo quilombola, conforme as diretrizes curriculares estaduais para a Educação Quilombola (Bahia, 2014).

A educação escolar quilombola deve ter como referência valores culturais, sociais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tanto, a escola deve se constituir como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território (Bahia, 2014).

A escola propicia o contato e o confronto de alunos(as) de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes e valores, fazendo dessa diversidade étnico-cultural um campo privilegiado de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais estabelecem a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo e orienta novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional:

Essa legislação e suas diretrizes precisam ser compreendidos dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas e projetos específicos voltados para a diversidade étnico-racial realizados de forma aleatória e descontínua. Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente (Gomes, 2009, p. 41).

Os desafios postos pela diversidade na educação quilombola, estão a todo momento exigindo medidas políticas que garantam para todos os grupos sociais o acesso a uma educação de qualidade.

2.3 Quilombos: conceito e história

Comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetórias históricas próprias, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (MPPR, 2024/site.mppr.mp.br). De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a identificação da população quilombola baseia-se na autodeclaração. A auto identificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da citada Convenção.

Os quilombos e/ou comunidades quilombolas, não pertencem somente ao nosso passado escravagista. Tampouco se configuram como comunidades isoladas no tempo e no espaço sem qualquer participação em nossa estrutura social.

Contextualizando historicamente, notamos que a rebeldia escrava associada à existência dos quilombos, foi uma marca das sociedades escravistas nas Américas. Senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência escrava. No Brasil, tal resistência assumiu diversas formas. A desobediência, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos (Mattoso, 1982; Moura, 2020).

Ao fugir o escravo comprometia a produção e colocava em xeque a autoridade do senhor. Eles podiam buscar refúgio em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos negros livres e libertos, mas também recorriam aos quilombos.

As discussões sobre quilombo exigem uma reflexão específica tendo em vista que ao longo das últimas décadas este termo, bem como seu significado, vem sendo ressemantizado. Os autores que apresentam as discussões do conceito de quilombo, afirmam: “O que se quis foi dar o devido tratamento à luta quilombola que perdura desde seus antepassados reforçando a questão do território e da ancestralidade do povo quilombola” (Santos; Rocha, 2017, p.16).

A partir dos processos de aprendizagem e mobilização política do final do século XX, os quilombolas foram “ressurgindo” no Brasil (Arruti, 1997; Almeida, 1998). Ao se referir a quilombo é comum as pessoas imaginarem comunidades exclusivamente negras formadas por choupanas de palha escondidas no meio da floresta, no alto das montanhas, longe das cidades, fora do alcance dos senhores e onde se vivia apenas da própria lavoura, da caça, da pesca e do extrativismo. Mas não é bem essa a história de muitos quilombos no Brasil.

Mas, a ideia do quilombo como agrupamento exclusivamente negro, autossustentável e isolado nas matas brasileiras tem uma justificativa. **Palmares:**

Palmares foi uma comunidade quilombola pioneira no século XVII, ocupava a serra chamada Outeiro da Barriga, sua vegetação tinha abundância de palmeira, daí o nome de Palmares. Foi uma comunidade diferente, por sua longa duração e seu número grande de habitantes, bem como por sua organização socioeconômica. Essa região se estendia do rio São Francisco, em Alagoas, até as vizinhanças do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Se a vegetação dificultava o deslocamento dos caçadores de escravos fugidos, chamados capitães-do-mato ou capitães-de-assalto, e a abundância de árvores frutíferas, caça, pesca e água potável facilitava a sobrevivência dos quilombolas, também exigia dos moradores habilidade para enfrentar os perigos e as dificuldades da vida na floresta. O mesmo ecossistema que os protegia também os ameaçava (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 120).

Palmares foi o mais duradouro e o maior quilombo da história do Brasil, foi também a maior manifestação de rebeldia, conforme Clóvis Moura (2020). Não sem razão, esse quilombo localizado na capitania de Pernambuco, em território que hoje pertence ao estado de Alagoas, é o mais famoso e tem servido como uma espécie de modelo para se pensar todas as outras comunidades quilombolas.

A diversidade que existe nos elementos que caracterizam cada um dos quilombos/mocambos/comunidades negras, que estão presentes na maioria deles, são: etnicidade, território, mobilização política, liberdade, trabalho etc. Clóvis Moura (2022, p.39-49) destaca as formas de resistência das populações negras contra o opressor. Essa resistência aconteceu do Amazonas ao Rio Grande de Sul, concluindo que:

Dessa forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente (Moura, 2022, p.49)

Percebemos que a historiografia sobre a existência e a persistência das comunidades negras quilombola no Brasil ainda enfrentam dificuldades da ordem do território, saúde e

educação, tivemos avanços, mas ainda não são suficientes para termos uma sociedade sem desigualdades sociais.

Dados do Censo Demográfico de 2022, identificou que a população quilombola residente no Brasil é de 1.330 186 pessoas, correspondente a 0,66% da população (IBGE, 2023). Essas comunidades estão espalhadas pelo território brasileiro e mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

O território não se define apenas por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela da identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Assim, a relação entre território com a identidade e o ser é significativamente muito forte, que a perda do território de povos e comunidades tradicionais, pode causar o desaparecimento, ou seja, deixando de existir o sujeito coletivo.

Produzimos este estudo, com expectativas de evidenciar pontos importantes da historicidade da comunidade/escola, bem como proporcionar a mesma a visibilidade do aparato da diversidade étnica que constitui a comunidade escolar em Ibiacú. Nesse entendimento, a identidade étnica ocupa lugar de fundamental importância na formação desses sujeitos.

Diante do exposto consideramos como objetivo geral a análise de como se dão as relações étnicas entre os(as) alunos/professores(as) na Escola Municipal Antônio Viana Filho, espaço onde acontece a socialização cultural e circulam inúmeros indivíduos de culturas e níveis de desenvolvimento cognitivos diferentes.

Caracterizado como espaço privilegiado para que interações e negociações se estabeleçam e a aprendizagem aconteça de forma que o educando construa saberes significativos que os leve à formação da consciência crítica. Buscamos através desse contexto evidenciar a contribuição do ensino/aprendizagem na comunidade escolar através da Lei 10.639/03, bem como, reconhecer as relações étnicas no grupo dos alunos quilombolas e não quilombolas.

No pensamento contemporâneo estuda-se as culturas a partir de suas especificidades. Para tanto é necessário que continuemos a refletir na importância da Educação brasileira sendo incorporada por temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Esse foi, justamente, o objetivo da Lei 10.639/03, sancionada no dia 09 de janeiro de 2003, posteriormente foi complementada pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 para incluir também a questão indígena, esse marco legal reflete uma vitória do Movimento Negro na luta contra o racismo. Ações que somam na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço à igualdade social. O Ministério de Educação publicou a Portaria nº 470 de 14/05/2024, que Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).

Segundo Gomes (2009), nesse processo legislativo, faz-se necessário o diálogo com a sociedade civil e o movimento negro em busca da realização de uma mudança radical nas políticas universalistas, a ponto de toda e qualquer iniciativa de política pública em educação no Brasil passar a incorporar explicitamente a diversidade étnico-racial.

A escola, como espaço de socialização cultural, onde circulam inúmeros indivíduos de culturas e níveis de desenvolvimento cognitivos diferentes, caracteriza-se como espaço privilegiado para que interações e negociações se estabeleçam e a aprendizagem aconteça de forma que o educando construa saberes significativos que os leve a formação da consciência crítica e revelem as etnicidade existentes.

Dados obtidos, apontam para uma construção intercultural híbrida, imbricada, que requer atenção no tocante às influências externas exercidas na escola e como elas colaboram (ou não) para a valorização, o fortalecimento da memória e o reconhecimento da identidade. O estudo tem a pretensão de colaborar com o entendimento que, a educação é um processo social tendente a desenvolver capacidades e aptidões os quais nos proporcionam adquirir conhecimentos científicos, artísticos e técnicos especializados e revelar as etnicidade presentes no contexto.

Partindo do princípio de que “Na sociedade ocidental, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade” (Minayo, 2010, p.9). No entanto, continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções.

Vemos que a abordagem da pesquisa está voltada para a análise educacional, na Escola Municipal Antônio Viana Filho em Ibiacú, no município de Maraú – Ba.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

o 3.1. Campo da Pesquisa

O município de Maraú está situado no Território de Identidade Litoral Sul conhecido como Costa do Cacau. Segundo o Censo do IBGE (2022), 24.580 pessoas compõem a população, sendo a densidade demográfica de 28,89hab/km². No Território de Identidade do Litoral Sul foram identificadas e certificadas trinta e quatro comunidades quilombolas situadas principalmente nos municípios de Itacaré e Maraú. Dados do IBGE (2022), apontam que a população quilombola de Maraú possui 7.559 pessoas, representando 30,8% da proporção dos moradores do município. Foram certificadas e identificadas no município de Maraú cinco comunidades quilombolas que são: Empata Viagem, São Raimundo, Terra Verde e Minério, Barro Vermelho e Maraú.

Ibiacú é uma comunidade rural pertencente ao município de Maraú, mas que possui características urbanas, com um pequeno comércio organizado, tendo no mesmo alguns pequenos supermercados, lanchonetes, borracharias, estabelecimentos que vendem peças para motos e carros, pessoas que fazem o transporte alternativo algumas pequenas distribuidoras de água e gás. Vale salientar que esse comércio funciona fluentemente no período que se iniciam as aulas na comunidade.

A Unidade Escolar Antônio Viana Filho, está localizada em Ibiacú, zonal rural e atende os alunos oriundos das comunidades quilombolas e rurais. A escola funciona nos períodos matutino e vespertino, atendendo a modalidade Ensino Fundamental II, ou Anos Finais, se referem as séries do 6º ao 9º ano e contempla adolescentes dos 11 aos 14 anos de idade. As matrículas do ano de 2024 totalizou 211 alunos sendo: 113 alunos no turno matutino e 98 alunos no turno vespertino.

O espaço físico da escola dispõe de sete salas de aula, uma sala de professores, uma cantina que fica na área externa, uma secretaria e três banheiros. O corpo docente é constituído por dez professores, todos com licenciatura nas áreas específicas. O serviço administrativo é realizado por dezoito funcionários, sendo nove auxiliares de serviços gerais, três auxiliares de

alimentação escolar, um porteiro, um assistente administrativo, três vigilantes, um digitador, um coordenador, um diretor e dois vice-diretores.

o **3.2 Aspectos Éticos**

É relevante ressaltar que este projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UESB) através da Plataforma Brasil, obedecendo à Resolução do Conselho Nacional de Saúde, Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, por tratar-se de uma pesquisa que envolve seres humanos. O projeto foi submetido pelo CAAE 74657921.6.0000.0055 e aprovado pelo Parecer Nº6.499.144. Foi aprovado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), obedecendo à referida Resolução, explicitando os objetivos da pesquisa aos sujeitos e esclarecendo que a sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer forma de pagamento, podendo desistir a qualquer momento do estudo, sem qualquer prejuízo e/ou penalidades. As participantes foram denominadas como nomes de mulheres negras que tiveram participação na formação da população negra da Bahia. Os nomes foram: **Sabrina** filha de Aqualtune que nasceu no Reino do Congo como princesa, foi capturada e trazida para o Brasil como escrava. Foi a primeira líder do Quilombo dos Palmares, deu à luz a três filhos: Ganza Zumba, Gana e Sabrina que mais tarde deu à luz a Zumbi; **Dona Cadu** a mais antiga ceramista, nasceu no dia 14/04/1920 e faleceu em 21/05/2024, em São Félix (BA), é rezadeira, sambadeira e fundadora do Samba de Rosa “*Filhos de Dona Cadu*” e, **Maria Rita** uma africana nagô, pode ter chegado a Porto Alegre via Salvador em meados da década de 1830, atuou como quitandeira. Adquiriu a liberdade em meados da década de 1860.

o **3.3 Tipo da Pesquisa**

o

Essa pesquisa é qualitativa baseada na definição de Creswell (2014), que considera a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo do problema, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema humano. O mesmo autor descreve algumas características da pesquisa qualitativa que devem ser observadas no desenvolvimento da pesquisa como: está atento ao processo e/ou etapas que a caracteriza: o campo, as escolhas dos métodos, o papel do pesquisador na coleta de dados e foco nas perspectivas dos participantes, seus significados, suas

múltiplas visões subjetivas dentre outras características (CRESWELL, 2014, p.50/51). A partir das argumentações acima desenvolvi o trabalho de campo num processo de observação participante, conhecendo o território onde está situada a escola, na qual obtive acesso para iniciar a pesquisa, o instrumento da coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada.

Com o objetivo de avaliar as práticas pedagógicas na escola que recebe alunos quilombolas, convidei os/as docentes para participarem da pesquisa. Assim foram convidadas três professoras que se dispuseram a participar, todas lecionam há mais de vinte anos na comunidade.

Utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento da coleta de dados (Apêndice B). As questões elaboradas foram relacionadas com a prática pedagógica para perceber a relação das docentes com os alunos, levando em consideração das identidades étnicas e analisar como as práticas pedagógicas cotidianas estão organizadas e relacionadas com o cumprimento da Lei 10.639/2003 e da Resolução Nº 8, de 20/11/2012. Nesse momento nosso campo de pesquisa foi escolhido buscando avaliar o acesso e a permanência dos estudantes quilombolas na Escola Municipal Antônio Viana Filho, a partir da convivência com os membros da escola/comunidade que possibilita identificar as relações étnicas entre os alunos quilombolas e os demais alunos matriculados na escola. E é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afina a abordagem qualitativa:

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas (Minayo; Sanches, 1993, p. 244).

Este posicionamento dos autores é reforçado ao realizarmos as análises sobre as categorias investigadas (Identidade Étnica; Relações Étnicas; Pertencimento). É perceptível que as estratégias utilizadas no projeto foram através da construção de intervenções que dialogam com a interdisciplinaridade, a fim de aplicar atividades referentes ao contexto histórico, cultural e social dos/as alunos/as para o fortalecimento de suas identidades étnicas, o "próximo" e o "distante". Tais contrastes se "ativam" ou não segundo os requisitos do contexto, a atual realidade podemos tratar os alunos atendidos pelas profissionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Descreveremos a partir de então o perfil das nossas entrevistadas/participantes: **Sabrina**: atua na área de Ciências Humanas; se autodeclara preta/negra, está no exercício do magistério há trinta anos, atuando nas modalidades do Ensino Fundamental, anos finais e no Ensino médio, participa das formações continuadas ofertadas pelo município. **Dona Cadu** - professora que atua na área de Linguagem; se autodeclara parda; está no exercício da docência há trinta anos; atua nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais; participa das formações continuadas. **Maria Rita** - professora da área de Ciências Humanas; se autodeclara parda; está em exercício de docência há vinte anos; tem experiência profissional nas modalidades de Ensino Fundamental anos finais e médio; participa de formações continuadas. Elas possuem nível superior na área em que atuam, uma delas se desloca da cidade vizinha para ministrar aula na unidade escolar, enquanto as demais residem na comunidade onde se localiza a escola.

O perfil descrito das professoras revela que elas são mulheres negras/pardas que se dedicam de forma comprometida com o fazer pedagógico. O reconhecimento das identidades étnicas num ambiente plural aponta o envolvimento com as questões da educação escolar da população negra da escola. O encontro de identidades étnicas num ambiente plural, pode-se detectar as distinções entre seus atores, revelando as fronteiras. Conforme Barth (2011), as fronteiras evidenciadas no grupo favorecem a compreensão das dinâmicas do grupo. Ele se refere a identidade étnica afirmando que ela não é estática, se transforma a partir das relações e como qualquer outra identidade, coletiva ou individual dependendo do interesse, ou contexto. A interação entre os sujeitos e grupos, permitem transformações contínuas que modelam a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não está. As professoras supracitadas tornam-se o elo entre o conhecimento científico e a dinamicidade dos conhecimentos construídos e pelas dinamicidades e ancestralidades dos seus locais para os alunos.

Também Barth (2011), em seus estudos revela que as diferenças culturais passam a adquirir um elemento étnico, não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como significativas e socialmente consideráveis para os próprios atores sociais. As relações interétnicas são regidas por um conjunto sistemático de regras que atua em oposição Nós/Eles, pertence/não pertence:

Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. Então, um traço fundamental [...] é a característica da auto atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (Barth, 2011, p. 193-194).

Para tanto, abordar as questões étnicas requer reconhecer as identidades dos estudantes quilombolas e não quilombolas como realidades sócio-histórico-culturais em um movimento dinâmico e contínuo de (des) construção nas relações sociais.

Sobre identidades étnicas, Barth (2011), acentua a necessidade de intensificar o olhar para além das diferenças e semelhanças culturais. Nesse aspecto, ser quilombola ou não se relacionam a partir do reconhecimento de sentidos e saberes produzidos em suas identidades, as aproximam e ao mesmo tempo as distanciam, porém elas assumem critérios de organização ao elaborar o sentimento de pertencimento étnico:

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser analiticamente de duas ordens: 1. sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida; e 2. orientações de valores fundamentais - os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. Desde que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade (Barth, 2011, p. 194).

A diversidade étnica brasileira é uma característica peculiar que faz do Brasil um país dinâmico, graças ao patrimônio cultural dos diversos grupos sociais, formadores da sociedade nacional⁴, entre os quais destacamos as comunidades tradicionais quilombolas que sobreviveram lutando arduamente contra a ação arrebatadora dos colonizadores europeus. Apesar do massacre sofrido, muitas populações resistiram e, atualmente, os integrantes são reconhecidos como sujeitos de direitos. Direitos esses que devem ser promovidos e protegidos pela ordem jurídica nacional.

⁴ Disponível: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direitos-indigenas-fundamentais-e-sua-tutela-na-ordem-juridica-brasileira/>

A proposta da Educação Escolar Quilombola é desafiadora pois ela indica desenvolver novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras, a partir de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e respeite suas particularidades.

A necessidade de estudar cada cultura singularmente por seus próprios termos exercem, ainda nos dias de hoje, e justifica-se pela influência nos estudos antropológicos. Em sua obra, Franz Boas⁵ se contrapôs aos racionalistas e evolucionistas⁶, que compreendiam as culturas das sociedades não-caucasianas como inferiores, através de artigos e conferências fez críticas a essas teorias, propondo uma nova antropologia fundamentada no conceito de cultura como o mais importante para a diversidade humana, o relativismo metodológico, o método histórico e a necessidade de estudar cada cultura como uma cultura em si.

No processo de construção intercultural que respeita os direitos humanos, é essencial atentar-se para os movimentos que são exercidos no espaço de difusão de saber. A educação escolar quilombola contempla os saberes da tradição africana e afrodescendente, assegurando a valorização dos saberes e costumes desses povos ao mesmo tempo que permite a socialização de saberes, códigos e tecnologias globais.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização da cultura brasileira. Os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil bem como assegurar o fortalecimento da identidade desses povos. O documento sobre essa temática estabelece as seguintes atribuições:

§1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica: **I-** organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e se alimentado: **a)** da memória coletiva; **b)** das línguas reminiscentes; **c)** dos marcos civilizatório; **d)** das práticas culturais; **e)** das tecnologias e formas de produção do trabalho; **f)** dos acervos e repertórios orais; **g)** dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país; **h)** da territorialidade. **II-** compreende a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica e Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância. **III-** destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e

⁵Antropólogo teuto-americano, um dos pioneiros da antropologia moderna que tem sido chamado de “Pai da Antropologia Americana”.

⁶A antropologia evolucionista propunha uma única linha de desenvolvimento para a humanidade em geral e o racismo, teoria que faz julgamentos de valor dos indivíduos a partir de características fenotípicas, eram dominantes até a primeira metade do século XX;

urbanas em mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica (Brasil, 2012).

O documento esclarece quais são as atribuições referentes à Educação Escolar Quilombola, sendo o resultado de inúmeras manifestações e contribuições do movimento negro, das lideranças quilombolas, cujas determinações apresentadas estabelecem como deve ser implementada a política pública educacional para as comunidades quilombolas em interface as suas produções culturais, sociais, políticas e econômicas. E no que se refere ao ensino fundamental nas comunidades fica estabelecido as seguintes atribuições:

Art.17 - O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade devem constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade. § 1º (...) § 2º O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas: **I-** A indissociabilidade das práticas educativas do cuidar visando o pleno desenvolvimento da formação humana na especificidade dos seus diferentes ciclos de vida. **II-** A articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, num processo educativo dialógico e emancipatório; **III-** Um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferente contexto sociais; **IV-** A organização escolar em ciclos, séries e outras formas de organização compreendidas como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos nove anos de duração do Ensino Fundamental, conforme a Resolução (Brasil, 2012, p. XX).

Dado que a escola é um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram desde as gerações anteriores, ela também se torna um dos focos do movimento negro, colocando o currículo escolar em evidência, bem como traz a luz o conhecer da história das comunidades remanescentes de quilombos a qual é de fundamental importância para todos os brasileiros.

A importância da instituição da educação quilombola se dá, sobretudo, pela fotografia brasileira. Dados referente a data de 31 de julho de 2022 do Cadastro Geral dos Quilombos indicam a existência de 2.921 certidões de autodefinição emitidas, referente a 3.583 comunidades dispersas em 24 estados (IBGE, 2023).

O saber histórico escolar é uma reelaboração de muitos saberes refletidos a fim de aprimorar os conhecimentos que fazem parte das tradições, das vivências sociais, das representações e das produções escolares de docentes e discentes.

Utilizando diferentes fontes e narrativas históricas com o objetivo de promover nos alunos a competência histórica de compreender que a história é construída com diversas

perspectivas, fará com que as experiências vivenciadas em sala de aula, tornar-se-ão concretas e equivalentes à sua realidade.

Através do currículo o professor deve desenvolver atividades questionadoras para conhecer o aparato intelectual dos alunos, de modo a desafiá-los e acompanhá-los na construção da sua aprendizagem e conseqüentemente, a uma consciência identitária efetiva.

De acordo com o que está exposto em lei sobre a atribuição dos currículos da educação básica na educação escolar quilombola, o documento traz determinações como:

Art.34 o currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos (Brasil, 2012, p. 34).

A Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, estabelece que o currículo escolar quilombola deve ser construído abrangendo valores e interesses das populações quilombolas no que diz respeito aos seus saberes e tradições. Tal documento ainda coloca em seu art. 35, que:

I- garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; **II-** implementar a Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/03, e da resolução CNE/CP nº1/2004. **III-** reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana. (...) **V-**garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importante eixo norteador do currículo [...] (Brasil, 2012, p. 34-35).

Ao elaborar nossas perguntas, foi intencional não (des)associar quilombo e negritude, uma vez que historicamente esses conceitos se atraem, e não se distanciam. As intencionalidades intrínsecas entre linhas deixam o entrevistado livre para interpretação e nos deixa livres para interpretar suas interpretações.

Encontramos na fala das nossas entrevistadas que a “**falta de infraestrutura**” na escola é algo gravíssimo para o atendimento das necessidades plurais dos estudantes. Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, construído pela comunidade, **não encontramos** ações que visem a melhoria da infraestrutura no âmbito escola, situação contraditória com o previsto e mencionado que no documento proveniente da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010), que enfatiza a importância da Educação do Campo como forma de superar as discrepâncias e desigualdades educacionais entre o urbano e o rural; garantir a oferta da educação do campo no país, levando em consideração a diversidade e as desigualdades regionais; garantir às escolas do campo padrões básicos de infraestrutura; valorização do meio, articulação com as demais modalidades de ensino, dentre outros. A escola como descrita anteriormente garante o acolhimento dos estudantes. Mesmo reconhecendo as dificuldades da infraestrutura da escola, as docentes desenvolvem as práticas pedagógicas que trabalham as diversidades culturais com os recursos empreendidos sendo poucos.

Ao serem questionadas sobre as experiências que vivenciaram no campo da educação, qual delas considera mais significativa no seu trabalho:

Maria Rita respondeu: O interesse por parte de alguns alunos em adquirir conhecimentos, **ao ponto de alçarem voos e cursarem o nível superior**. Alunos estes de origem humilde e residentes da zona rural.

A professora **Sabrina** relata que: o “**olhar**” para o aluno de forma sensível, ao seu aprendizado, focando em suas fragilidades (timidez, problemas familiares, dificuldades de leitura e interpretação). Superação das dificuldades.

Maria Cadu comenta que as **experiências socioemocionais**, sem dúvida, foram muito significativas no processo de aprendizagem dos alunos, o que proporcionou colocar em prática as melhores atitudes e habilidades, como por exemplo, gerenciar melhor suas emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas, tomar decisões de maneira responsáveis entre outras.

Essas relações estão fundamentadas na identidade cultural construída, a qual é produzida historicamente, ou seja, numa dinâmica social ligada à vida, esses estudantes aprendem os conhecimentos e experiências a partir da atuação das professoras que incentivam novos movimentos onde as relações étnicas são refletidas em ambos os posicionamentos. Destacamos que esse mesmo “olhar atento” fez acontecer os estudos de etnicidades com suas nuances: contrastivas, contextuais, manipuladas, hierárquicas política e economicamente, bem como considerações/reconhecimentos. Toda essa influência e fluência ao estudar grupos

minoritários e o processo de construção de suas identidades nos deixa cientes que as mesmas podem ser articuladas visando combater o racismo e suas repercussões.

Outra pergunta foi a seguinte: é possível perceber as diferenças entre as identidades do “ser negro” ou não? Nossas entrevistadas responderam:

Um ponto bastante importante ser abordado é esta temática, pois, em decorrência dos discentes já conviverem em quase sua totalidade com pessoas negras, o “ser negro” é visto da maneira mais humana e natural que pode existir. Sendo neste ponto que existe a preocupação de prepará-los para a vida na sociedade em espaços além dos que já estão acostumados. Para que saibam manter sua **consciência de identidade livre de qualquer sentimento de inferioridade ao se depararem com o racismo**, bem como, saibam se defender. **Maria Rita.**

Sim ao se autodeclararem. **Sabrina.**

Especialmente quanto ao seu reconhecimento no grupo, manifestando certa naturalização de uma posição social de inferioridade. **Dona Cadu.**

Podemos encontrar na fala das educadoras a postura latente da criação da fronteira étnica, estabelecida pelos alunos e a presença do racismo entre os alunos de forma velada. No caso acima, a situação de contato entre grupos étnicos (aluno/professor) inevitavelmente vinculados uns aos outros, é expresso através de conflitos vivenciados com as diferenças fenotípicas entre eles/elas.

Segundo Barth (2011), os grupos étnicos possuem padrões valorativos que os definem enquanto tal, e a forma como cada grupo ou cada um irá se portar em contato com outros grupos, na interação interétnica, com o intuito de adquirir visibilidade e dialogar com o outro. No entanto, esses padrões não são fixos, podem mudar e ressignificar-se em outro momento, conforme o contexto social. Essa definição cabe exatamente na última reprodução das falas das nossas entrevistadas. O modo de perceber o outro, seria como ele se deixa ser notado. Ao serem identificados/as (alunos/as) na comunidade escolar são efetivadas ações que contribuam para a valorização de suas raízes de forma coletiva ou individual? Outra pergunta lançada:

Sim. Principalmente ao abordar assuntos ligados à história do lugar em que moram através do Mapa Mental. **Sabrina**

Sim. São utilizadas dinâmicas, jogos, imagens, filmes, textos, feiras, exposições, debates, palestras, dentre outras didáticas. A considerada mais importante é oportunizar aos discentes utilizar seu lugar de falar para explanar como se vê, quais percepções e conhecimentos têm da sua ancestralidade, bem como, relatar de forma oral ou escrita à realidade na qual vive e suas impressões das transformações que o mundo, em especial o Brasil vem passando no que diz

respeito às temáticas sobre a formação e as vivências étnico/raciais. **Maria Rita.**

É importante atentar-se para as qualificações que distinguem a Educação Escolar Quilombola de outras formas de organização da Educação Escolar para não transformar (ou visualizá-la) em conformidade com outras matrizes de conhecimento pautadas na colonialidade de saber. Formar o aluno para o mundo acadêmico, sem deixar que ele perca sua identidade coletiva é custoso, uma vez que os meios tecnológicos cada vez mais influenciam nos modos de ser e de viver dos estudantes.

De acordo com Marques e Gomes (2013, p.143):

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por sua vez, define identidade coletiva pela “referência histórica comum construída a partir de vivência e valores partilhados”. Trata-se, portanto, de uma identidade em termos étnicos, de uma experiência coletiva em consolidação, que se fundamenta em uma autoconsciência identitárias, cuja demanda por direitos se revelam por meio da organização social e política (Marques & Gomes, 2013, p.143).

Pais, avós, tios e outros membros da família com mais idade tentam acompanhar esse movimento tecnológico para não perder de vista “os seus”.

Segundo Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998, p.27), a questão de identidade, a pertença a grupos étnicos deve depender da ascrição e auto-adscrição⁷ sendo que a “Etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por trata-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações” (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.27).

Ao manter as estruturas de uma construção antiga, o uso de meio de produções ensinados pelos mais velhos, o modo de fazer uma comida, a forma e o jeito de contar as histórias de seu povo, dentre outros exemplos podemos constatar que o sentimento de pertença é projetado em suas identidades permeada de ancestralidade e legados.

A definição anterior revela que a “identidade coletiva” traz contribuições para explorarmos temas clássicos como os da alteridade e da identidade, da relação entre observador e observado, das ações dos quilombos e quilombolas, nessas modalidades de relações que se

⁷ Sinônimo: atribuição e auto atribuição.

empreendem, envolvem e relacionam quilombolas e não quilombolas em um projeto de produção contínua na construção da identidade étnica.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas dos/as professores/as devem considerar o contexto sociocultural e a realidade dos/as alunos/as quilombolas. O currículo por sua vez, convergir para a garantia do direito dos(as) estudantes de conhecerem sua verdadeira história, o processo de formação dos quilombos, em suas diversas escalas geográficas e o protagonismo dos Movimentos Negro e Quilombola nas conquistas anteriormente mencionadas.

Direcionar ações que colaborem para identificar essas categorias nos grupos, sendo as mesmas organizadas a fim de definir o “eu” e o “outro”, atribuem aos grupos étnicos uma identidade baseada em fatores objetivos e que muitas vezes não correspondem as suas características reais.

Considerando os quilombolas como grupo étnico, Poutignat e Streiff-Fernart registram:

Há que convir com Barth, que a étnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.141).

Salientamos que essa concepção de etnicidade convertida ao grupo encontra sustentação em Weber (1991), que define o fenômeno como ‘comunidade’ - uma comunidade que ultrapassa a perspectiva de afinidades partilhadas e de laços sanguíneos.

Naturalmente ser “negro”, não é problema para a comunidade escolar do Antônio Viana Filho, mas ser quilombola carrega signos ainda não construídos no vocabulário dos estudantes. Eles vivem em comunidades que possuem associação e reuniões regulares para manutenção da garantia dos seus direitos.

Para explorar os processos que envolvem a geração e a manutenção dos grupos étnicos, Barth (1998), propõe a mudança de foco da história e constituição interna dos grupos para a delimitação social que os separa. É nessas fronteiras sociais onde estão os limites da relação nós/eles que se encontram os critérios de pertença, ou seja, tanto aquilo que define quem é ou não membro como o conjunto de regras que organiza a interação social nos contatos interétnicos.

Mesmo quando há o contato frequente entre grupos, existe a probabilidade de uma redução das diferenças culturais entre eles, e a reafirmação das fronteiras étnicas se manifesta por uma estrutura de interação, ou seja:

Um conjunto sistemático de regras, códigos de conduta para interação, que regula os encontros sociais interétnicos. As regras de interação selecionam e isolam certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e mudanças permitindo a redefinição e perpetuação da diferença e, assim, dos próprios grupos enquanto entidades categoriais (Arruti, 2014, p.206).

A etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que se torna salientes as identidades étnicas. Logo não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis pelos insiders e pelos outsiders (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.124).

Concordando com o entendimento dos autores, a identidade étnica ocupa lugar de fundamental importância na formação do sujeito e por consequência cada indivíduo contribui para a etnicidade de seu grupo consciente ou inconscientemente, contribuindo para a manutenção e preservação do seu legado.

De modo geral, nas constituições de suas identidades, ser ou quilombola ou não ser, necessariamente não é um problema para os estudantes, seus discursos canalizam-se harmonizando para o bom convívio entre eles, através das regras estabelecidas pela instituição escolar e por seus atores.

Todas as docentes da comunidade escolar relataram a aplicação ações que contribuem para a valorização de suas raízes de forma coletiva/individual, tais como:

São utilizadas dinâmicas, jogos, imagens, filmes, textos, feiras, exposições, debates, palestras, dentre outras didáticas. A considerada mais importante é oportunizar aos discentes utilizar seu lugar de falar para explicar como se vê, quais percepções e conhecimentos têm da sua ancestralidade, bem como, relatar de forma oral ou escrita à realidade na qual vive e suas impressões das transformações que o mundo, em especial o Brasil vem passando no que diz respeito às temáticas sobre a formação e as vivências étnico/raciais.” **Maria Rita.**

“Abordando a Cartografia da Formação da América Latina”. **Sabrina**

“Geralmente metodologias que objetivam criar ambientes democráticos, plurais, que desconstrua saberes e oportunize o aluno a reflexão a partir de leituras de mundo plurais.” **Dona Cadu.**

Não somente o contato com outros grupos, mas também, o vínculo com o ambiente influi para que, em um contexto determinado, se ative ou não uma categoria étnica. Na prática,

as categorias étnicas são uma "forma de organização social", termo que Barth entende como a situação na qual "os atores utilizam as identidades étnicas para categorizar a si próprios e a outros, no propósito de uma interação" (Villar, 2004 *apud* Barth 1976a, p.15).

Ao ser sensível à construção étnica/social dos estudantes, os/as educadores/as possibilitam o desenvolvimento de práticas e atitudes pedagógicas, voltadas para o processo da superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo. Esse desafio para a escola, de fato, exige mudança de práticas pedagógicas e descolonização dos currículos em relação à África e aos afro-brasileiros e na formação dos docentes.

Para tanto as educadoras da Escola Municipal Antônio Viana Filho desenvolveram planos estratégicos/projetos pedagógicos que contribuíram para “democratização e correção de desigualdades históricas” com esses alunos, os quais serão descritos:

Sabrina relata duas abordagens históricas: a história de Zumbi dos Palmares, que no Brasil colonial foi a maior comunidade de fugitivos, datando a primeira referência de 1597 e a história de Nelson Mandela que lutou para ter o fim do *APARTHEID* um regime político de extrema direita com segregação racial que ocorre no período 1948 e 1994 na África do Sul. Essas temáticas, demonstraram a resistência e lutas do povo negro e sua vitória, consagrada e de forma contínua, em busca de liberdade e direitos iguais para todos.

Dona Cadu descreve a temática “O mito da democracia racial no Brasil” desenvolvida na turma do 9º ano do ensino fundamental. A Unidade temática: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX. Objeto de Conhecimento: Anarquismo e protagonismo feminino. Habilidades da BNCC: EF09HI08 Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. Palavras-chave: Mito da democracia racial, Identidade negra, Ideal de embranquecimento, Primeira República.

A avaliação da docente descreve o ponto favorável: refletir não apenas a possibilidade de participação política, mas também de igualdade de direitos, igualdade social, igualdade racial e liberdade garantida a todas as pessoas. E como ponto desfavorável: é inegável a existência de um “**racismo estrutural**” que segrega negros e brancos em classes sociais diferentes, que dificulta o acesso da população negra a serviços básicos de educação, saúde, segurança e ao emprego digno, faz-se necessário a tomada de medidas de reparação histórica para que uma nação seja, de fato, uma democracia racial.

Maria Rita - dentre vários planos estratégicos que já utilizei nesses vinte anos de profissão, o que me traz memórias inesquecíveis e que trouxe pontos favoráveis e surpreendentes foi:

1. Pedi que meus alunos preenchessem a árvore genealógica da família.
2. Em seguida: Preenchessem as informações: Como você se vê; localidade onde mora; com quem mora; se gosta da localidade onde mora; se os pais ou responsáveis tiveram oportunidade de estudar; foto da localidade onde mora; relatar o dia a dia durante uma semana; e especificar seu sonho/meta de vida.
3. Depois: Deveriam escolher uma pessoa a qual fosse inspiração na vida dele e gravassem um vídeo da pessoa, relatando um pouco da sua história de vida.
4. Na sala, eles tiveram várias imagens de pessoas expostas e deveriam dizer com qual se identificavam, com qual gostariam de se identificar e justificar.
5. Foi lido um poema e assistiram ao vídeo: Gritaram-me negra!
6. Permite que eles fizessem a correlação entre o poema, o vídeo, o relato da pessoa que inspiravam eles e a vida pessoal deles, e expusessem de forma oral isso.
7. Em sequência, preencheram uma história em quadrinhos com objetivo de criar um diálogo que abordasse as mudanças culturais, sociais e raciais no decorrer do tempo e as possíveis medidas que devem ser adotadas para que as futuras gerações formem uma sociedade com mais igualdade e equidade.
8. Por fim, cada dupla de alunos ficou responsável por convidar um idoso para a culminância. Na culminância: os idosos assistiram a uma palestra de uma fisioterapeuta que falou sobre o cuidado com a saúde física, assistiram a um vídeo onde os familiares gravaram e mandaram mensagens, assistiram a uma apresentação de música, e ouviram mensagens falando da importância dos conhecimentos destes para a formação das gerações seguintes. E todos receberam uma lembrancinha do evento.

Avaliação do plano: Se reconhecer, respeitar a diversidade de vidas sociais e étnicas, compreendendo a importância dos estudos uma vez que, nas gerações antigas nem todos tiveram esse acesso. Aprendendo sobre suas raízes e ancestralidades por diversos meios, podendo compartilhar de forma escrita e oral, assim como, ser ouvido por outras pessoas. E não menos importante, saber que se inspiram e podem inspirar outras pessoas, e, portanto, devem valorizar o passado por meio dos idosos, o presente e ser construtores de um futuro livre de posturas e atitudes preconceituosas, racistas, misóginas e machistas. Consegui fazer essa estratégia de forma completa apenas uma vez. Em outras oportunidades, fiz parte dela. Mas foi muito positivo o resultado. Pretendo fazer outras vezes.

Os desafios postos pela diversidade na educação, estão a todo momento exigindo medidas políticas que garantam para todos os grupos sociais, o acesso a uma educação de qualidade. Pode-se evidenciar que as profissionais entrevistadas buscam reconhecer a diversidade étnica e cultural, possibilitando através de ações metodológicas, a compreensão de que diferentes grupos sociais se manifestam de modo diverso, o que torna necessário para que os alunos compreendam símbolos, representações de valores, crenças e o fazer cotidiano, além do uso da linguagem e os discursos produzidos nos meios aos quais pertencem.

Para que essa construção intercultural híbrida, imbricada, funcione de forma contundente, é requisito a atenção por parte dos educadores, que lecionam a alunos remanescentes/comunidades negras no tocante às influências externas exercidas na escola e como elas colaboram (ou não) para a valorização, o fortalecimento da memória e o reconhecimento da identidade quilombola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto é evidente que os estudos das relações étnicas dialogam com outras áreas do saber, como a antropologia, sociologia, filosofia, economia, linguística e buscam pela compreensão das particularidades de cada cultura. O conhecimento das diferentes esferas que envolvem a atividade humana nos leva a estabelecer contato com a diversidade de culturas e sociedades que se desenvolveram ao longo do tempo e em diferentes espaços.

As entrevistas analisadas revelaram que mesmo diante das dificuldades estruturais da escola os projetos pedagógicos foram efetivados trazendo temáticas que se aproximaram dos

princípios da Educação Escolar Quilombola, também traz a questão do racismo entre os alunos quilombolas e não quilombolas. Ressaltamos também o envolvimento das docentes com os alunos quando descreve as atividades desenvolvidas no campo onde percebem a sensibilidade e fragilidades dos alunos, essas falas demonstram a atuação das professoras vão além da sala de aula. Portanto reconhecemos a importância da escola torna-se o lugar-chave porque é essencial na produção e reprodução da cultura, favorecendo a formação de uma sociedade antirracista.

Para além disso, notamos a diversidade étnica presente na construção identitária de cada participante, e através da mesma é possível compreender que no grupo social pesquisado são evidenciadas as particularidades através dos símbolos, representações de valores, crenças e o fazer cotidiano, além do uso da linguagem e os discursos produzidos. Assevera-se aqui, que o ensino/aprendizagem voltado para o respeito à diversidade étnica/cultural é uma das ferramentas, das mais importantes na educação básica.

O reconhecimento de si e do outro perpassa pelas relações de contato, a comunicação possibilita que pessoas ou grupos distintos tenham acesso a outros, aos seus sistemas simbólicos, sem deixar de ter seu pertencimento e podendo transitar entre fronteiras, manter a comunicação, realçando os sinais diacríticos de acordo com as afinidades, é o que Cunha (2009, p.237) aporta como “cultura original de um grupo, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função”, (Cunha, 2009, p.237)

É importante direcionar ações que colaborem para que os grupos se organizam a fim de definir o “eu” e o “outro”, se manifestando de maneira a categorizar e interagir com os outros.

Esses processos culturais são conflitivos e, em cada grupo, há uma história de luta pela determinação de suas metas e valores E a identidade étnico-cultural é fonte de sentido e de construção do real, mesmo se aparece como marginalizada. Entende-se aqui o étnico como um processo que se constrói nas práticas sociais em perspectiva relacional.

Ao analisar a dinâmica na comunidade escolar, notamos o diálogo com as diretrizes curriculares da educação para as relações étnico raciais a Lei 10.639/03 e suas vertentes sendo levado em conta, a valorização das relações étnicas, o fortalecimento da memória, o reconhecimento de pertencer a uma comunidade. A interação entre os sujeitos e grupos, permite transformações contínuas que modelam a identidade, em processo de exclusão ou inclusão, determinando quem está inserido no grupo e quem não está.

As ações analisadas contribuem para uma reflexão de acontecimentos, sendo os mesmos localizados em um tempo conjuntural e estrutural, podendo, assim, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural, bem como, análise crítica da diversidade da experiência humana que contribuir para a luta por uma sociedade de direitos, pela democracia e pela paz.

Essa consciência social está cruzada por oposições de classe, étnicas, de gênero e outras, com interesses frequentemente opostos, os quais nos indicam a necessidade de se desenvolver pesquisas que mostrem como a escola atuou e atua na realidade diante do desafio da diversidade de culturas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In: SANSONE, Lívio e FURTADO Cláudio Alves (org.). **Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa**. Salvador, EDUFBA, 2014, pp.199-213.

ARRUTI, José Maurício, Políticas Públicas para quilombos: terra educação e saúde. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação, Heinrich Boll, ActionAid, 2009. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

BARTH, Fredrick. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011, pp.187-227.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário oficial da União, Brasília, DF, 11 de março de 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação, Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 4/2010**, de 13 de julho de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Texto referência para a elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado,1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11/07/2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 11/07/2024.

BRASIL. Decreto n. 5.051/04. Promulga a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDPT). Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola**. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Ministério de Educação e do Desporto, Brasília: 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Parecer CNE/CP 003/2004 **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas**. Brasília, 2004.

BRASIL. Projeto de **Lei nº 8.035** de dezembro de 2010, aprova o plano nacional de educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências.

BRASIL. Proposta de plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana - **Lei nº 10.639/2003**. Brasília: 2009.

BRASIL. **Resolução nº 7**, 14 de dezembro. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2010.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022: **quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**. Escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3ª Ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FENTON, Steve. **Etnicidade**, trad. Joana Chaves, Instituto Piaget, 2003.

FREIRE, Bárbara Lemos. GUANAIS, Ivan. **MARÁÚ luz do sol ao amanhecer**, Salvador, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. Coordenação: Lilia Moritz Schwarcz e Lúcia Garcia. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino, **Diversidade Étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira – Desafios, Políticas e Práticas** RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. 2009. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>. Acesso em 15 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas na educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.).

Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação, Heinrich Boll, ActionAid, 2009. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf. Acesso em 15 out. 2023.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MPPR. Ministério Público do Estado do Paraná. **Quilombolas.** Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça (CAOP) de Proteção aos Direitos Humanos. Disponível em: [Quilombolas | MPPR](#). Acesso em 20 maio 2023.

MUNANGA, Kabengele – **Uma abordagem conceitual da noção de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 13 jan. 2024.

OLIVEIRA, Leonardo Ciríaco de; PEREIRA, Carlos José de Almeida; FIAMENGUE, Elis Cristina; **Geoprocessamento: Tecnologia da Informação na Caracterização de Comunidades rurais.** Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_7B/07B-10.pdf. Acesso em 12 ago. 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral. **Revista AntHropológicas**, ano 9, v.16, n.2, 9-40, set, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena.** 2. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. Brasília/BF: Editora Universidade de Brasília (UNB), 1978. Biblioteca Tempo Universitário, vol. 31.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Enigmas e soluções: exercícios de Etnologia e de Crítica.** Rio de Janeiro: Tempo Braslileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983. Biblioteca Tempo Universitário, vol. 68.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 1989. Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. Acesso em 02/8/2023.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth** / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. 250p.

SANTOS, Mauro Augusto dos. ROCHA, Islane Archanjo. O Conceito de Território Quilombola a partir de uma imbricação de identidade étnico-territorial. **FÊNIX - Revista de História e Estudos Culturais**. v.14, Ano XIV, Nº2, jul - dez, 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/493>. Acesso em 23 maio 2023.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Introdução à teoria da política pública**. In SARAVIA, E; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas públicas. Coletânea. v. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SEYFERT, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico (pp. 175-203). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1993. Disponível em: http://dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1993/anuario93_giraldaseyferth.pdf

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. **Mana**, 10(1), 165–192, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000100006>. Acesso 15 out. 2023.

WEBER Max, [1922] 1991, Relações Comunitárias Étnicas, in ____ **Economia e Sociedade** (Vol.1). Brasília, Ed. UNB.

LITORAL SUL. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/05_litoral_sul.pdf. Acesso em: 29/04/2024:

ANEXO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
LINHA DE PESQUISA 1: ETNICIDADE, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO



➤ Olá parceiro(a)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais estabelecem a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo e orienta novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional.

Os desafios postos pela diversidade na educação estão a todo o momento exigindo medidas políticas que garantam para todos os grupos sociais, o acesso a uma educação de qualidade.

Ciente do seu comprometimento com o processo de contribuir para a formação do homem pleno te convida a responder essa entrevista.

➤ Perfil

Nome: _____

Como você se autodeclara (raça): _____

Qual sua área de formação: _____

Em qual instituição se formou? Há quanto tempo?

Após a graduação, houve outros investimentos na sua formação? Quais?

Desde quando atua como docente?

Em quais instituições de ensino já lecionou?

Em quais modalidades de ensino você já atuou?

Existe projeto para a formação continuada dos professores nesta escola? Como funciona? Quais as principais temáticas?

Das experiências que presenciou no campo da educação, qual delas considera mais significativa no seu trabalho?

Em relação a esta escola, quais possibilidades são encontradas para o seu desempenho profissional? E quais são as dificuldades nesse mesmo processo?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
 COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE – PPCREC
 ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
 LINHA DE PESQUISA 1: ETNICIDADE, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO



Tanto os "**Parâmetros curriculares nacionais**" (PCNs) como as "**Diretrizes curriculares nacionais** para a educação das **relações étnico-raciais** e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana" têm hoje força de lei e representam uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas.

Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um **desafio** para a **escola**, os educadores e educadoras, o currículo e a formação docente. O trabalho com a **Lei 10.639/03** exige mudança de práticas e descolonização dos currículos em relação à África e aos afro-brasileiros.

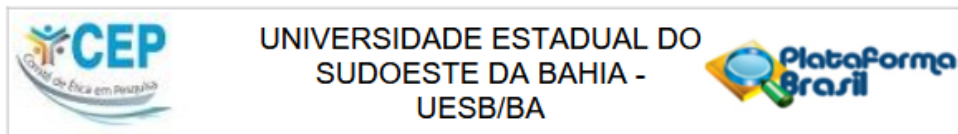
➤ **Relações com minha pesquisa**

A escola onde você atua recebe alunos quilombolas/afrodescendentes?

Como você consegue identificar esses alunos? Existe um parâmetro?

Ao serem identificados na comunidade escolar são efetivadas ações que contribuam para a valorização de suas raízes de forma coletiva ou individual? Caso sim, como?

APÊNDICE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OLHARES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICAS NA ESCOLA DA COMUNIDADE DO TREMEMBÉ - MARAÚ-BA.

Pesquisador: HELGA PINHEIRO DIAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74657921.6.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

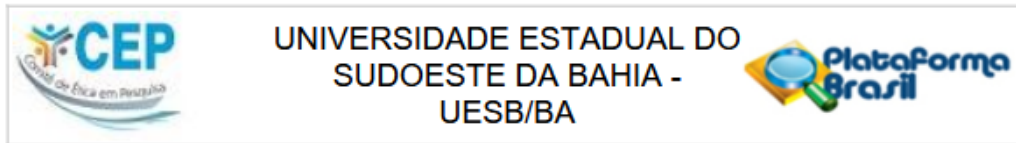
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.499.144

Apresentação do Projeto:

Segundo as pesquisadoras: "O presente projeto propõe um estudo no mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde as informações descritas farão parte da análise documental e da observação participante, com objetivo do diagnóstico da realidade que será desenvolvido na Comunidade Escolar do Tremembé, em Maraú – Ba, por compreender que a Educação é um direito humano e fundamental e, assim sendo, tal reconhecimento perpassa por uma abordagem pautada no estudo dos interesses e reivindicações dos remanescentes instituídos legalmente, os quais constituem a mesma, observando-se a evolução histórica tanto no plano constitucional, quanto no infraconstitucional. O objetivo central é compreender como se dão as relações étnicas entre os alunos quilombolas e não quilombolas dentro da comunidade escolar, em detrimento ao fortalecimento da memória e o reconhecimento de pertença à sua comunidade. A opção metodológica demandada pelo objeto de estudo é a pesquisa qualitativa com foco etnográfico, a fim de realizar um estudo que possibilitasse conviver com os membros das comunidades, afim de identificar suas ações e reações com os seus e com os outros. Os aportes teóricos que fundamentam o presente estudo foram buscados em Fredrik Barth, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, José Mauricio Arruti, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, a Lei de Base e Diretrizes, dentre outros, que nos permitiram entrar em campo e conhecer de que maneira os saberes tradicionais quilombolas e as políticas afirmativas são

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-8683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.499.144

contemplados no âmbito escolar. Os resultados ainda estão sendo coletados e analisados os quais buscam uma perspectiva de observar a ações práticas dos(as) alunos(as) através de uma ótica reflexiva harmônica ou não na escola com a finalidade de identificar as etnicidades presentes no meio.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como se dão as relações étnicas entre os(as) alunos(as) na Escola Municipal Manoel Hemetério de Lemos.

Objetivo Secundário:

Evidenciar a contribuição do ensino/aprendizagem na comunidade escolar através da lei 10.639/03;

Reconhecer as relações étnica no grupo do nono ano dos alunos quilombolas e não quilombolas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Segundo a pesquisadora, “Possível desconforto em responder as perguntas; sentir-se constrangido ao expressar alguma emoção despertada por lembranças trazidas pelas perguntas. Caso ocorram essas situações, paramos a entrevista, ou as observações e, caso o participante sinta desejo de conversar, vamos ouvi-lo, ou encerramos a entrevista e as observações e marcamos outra data conforme desejo do participante. Ele mesmo escolherá local mais restrito para realização da entrevista.”

Benefícios: Segundo a pesquisadora: “Identificar benefícios que a pesquisa poderá contribuir na comunidade, a fim de exercer a justiça, respeitando a autonomia dos participantes bem como não utilizar de recursos/métodos que beneficie os mesmos.”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

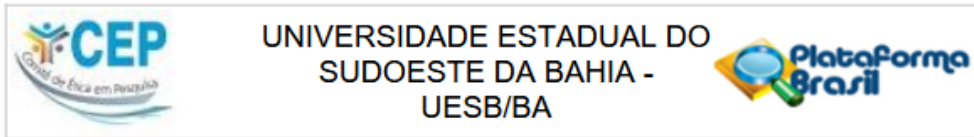
Projeto de pesquisa do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS - ODEERE

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos:

- 1)UESB_Helga_relatorio_medico.pdf - postado em 06/10/2023 20:20:21
- 2) UESB_justificativa_atraso_Helga.pdf - postado em 06/10/2023 20:20:12
- 3) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1594805.pdf - postado em 22/10/2023 17:15:46
- 4) Helga_TCLE_com_alteracao_2_2023.pdf - postado em 22/10/2023 17:15:27

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-8883 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.499.144

- 5) Helga_Folha_de_rosto_atual_2023.pdf - postado em 02/10/2023 15:26:21
- 6) Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_3.pdf - postado em 02/10/2023 15:15:04
- 7) Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_2.pdf - postado em 02/10/2023 15:14:33
- 8) Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_1.pdf - postado em 02/10/2023 15:11:28
- 9) Helga_projeto_com_alteracoes_solicitadas_pelo_CEP_2023.pdf - postado em 02/10/2023 14:22:51
- 10) Helga_Cronograma_com_alteracoes_solicitadas_pelo_CEP_2023.pdf - postado em 02/10/2023 14:20:10
- 11) Helga_Autorizacao_para_coleta_de_dados.jpg - postado em 11/12/2020 19:48:05
- 12) Helga_Autorizacao_para_uso_de_imagem_e_depoimento.pdf - postado em 02/12/2020 18:29:10
- 13) ENTREVISTA.docx - postado em 09/11/2023 17:46:33

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa não apresenta pendências e lista de inadequações.

1) Relatórios:

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

2) Emendas

- Para realizar alterações de quaisquer sorte (acrescentar membros/assistentes, alterar um instrumento ou inserir um campo de coleta, mudar aspectos metodológicos, etc) em projetos já aprovados, você precisará submeter uma "EMENDA" para avaliação do CEP.

As instruções para tanto estão nas páginas 67 a 78 do Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil.

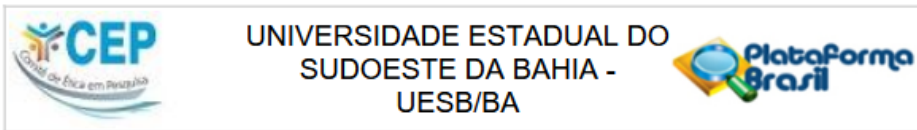
Mas cuidado! Emendas não podem fazer mudanças profundas, que descaracterizem o projeto em execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a liberação do parecer do relator por ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)			
Bairro: Jequiezinho		CEP: 45.208-510	
UF: BA	Município: JEQUIE		
Telefone: (73)3528-9727	Fax: (73)3525-8683	E-mail: cepjq@uesb.edu.br	



Continuação do Parecer: 6.499.144

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	ENTREVISTA.docx	09/11/2023 17:46:33	Karla Rocha Python	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1594805.pdf	22/10/2023 17:15:46		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Helga_TCLE_com_alteracao_2_2023.pdf	22/10/2023 17:15:27	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Folha de Rosto	Helga_Folha_de_rosto_com_carimbo_do_Coordenador.pdf	22/10/2023 16:45:31	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Outros	UESB_Helga_relatorio_medico.pdf	06/10/2023 20:20:21	Leandra Eugenia Gomes de Oliveira	Aceito
Outros	UESB_justificativa_atraso_Helga.pdf	06/10/2023 20:20:12	Leandra Eugenia Gomes de Oliveira	Aceito
Outros	Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_3.pdf	02/10/2023 15:15:04	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Outros	Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_2.pdf	02/10/2023 15:14:33	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Outros	Helga_Declaracao_de_compromisso_com_alteracao_1.pdf	02/10/2023 15:11:28	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Helga_projeto_com_alteracoes_solicitadas_pelo_CEP_2023.pdf	02/10/2023 14:22:51	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Cronograma	Helga_Cronograma_com_alteracoes_solicitadas_pelo_CEP_2023.pdf	02/10/2023 14:20:10	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Outros	Helga_Autorizacao_para_coleta_de_dados.jpg	11/12/2020 19:48:05	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito
Outros	Helga_Autorizacao_para_uso_de_image_m_e_depoimento.pdf	02/12/2020 18:29:10	HELGA PINHEIRO DIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 09 de Novembro de 2023

Assinado por:

Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br